

NOTA DE POSICIONAMENTO POLÍTICO

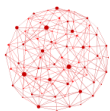
O Coletivo Protagonismo Sindical surgiu em 2022 com o objetivo de organizar a categoria para transformar os rumos do Sinagências. O sindicato, apesar de formalmente ser o representante legítimo da categoria, materialmente tem sido dirigido ao arrepio da base e do estatuto da entidade.

A Diretoria Executiva Nacional tem usurpado as competências do CONSAG e da Assembleia Geral, tornando-se, na prática, a única instância deliberativa real. Isso tem levado a uma crise de representação e de insatisfação nunca vista, uma vez que as decisões são tomadas sem a devida deliberação dos filiados, levando a posturas desastrosas, contrárias aos interesses dos servidores e servidoras, como se viu durante todo o governo militar (2019-2022).

Merecem destaque o posicionamento adotado em relação à reforma administrativa (PEC 32), aos ataques sofridos pela Anvisa e seus servidores quando da aprovação das vacinas de uso infantil contra a COVID-19, o isolamento do Sinagências em relação às demais entidades do movimento sindical (Fonasefe e Fonacate) e, mais recentemente, a condução autocrática do processo de negociação de 2023.

No seu manifesto de criação, o Coletivo Protagonismo Sindical explicita sua pauta de atuação:

- 1) derrotar internamente as políticas de Cléber/Guedes/Bolsonaro e recuperar a independência política da representação sindical, reposicionando o Sinagências com os interesses legítimos da categoria e com os propósitos de existência de um sindicato;
- 2) empreender uma reforma política e organizativa no sindicato, que distribua poder, sepulte o personalismo, instale instâncias permanentes de deliberação e participação ativa dos filiados, dando a estes vez e voz na entidade, permitindo que o Sinagências se capilarize e se organize em nível nacional, deixando de ser refém da vontade de um indivíduo;
- 3) dotar o Sinagências de capacidade operacional para atender as reais necessidades do dia-a-dia dos trabalhadores e trabalhadoras da Regulação, direcionando os recursos da entidade para fomentar a atuação sindical de todas as instâncias, não apenas da presidência;
- 4) constituir o sindicato como potente instrumento de defesa, inteligência e pressão, com condições de responder à altura os desafios que se colocam à categoria, como o congelamento e



defasagem salarial, o desmonte do Estado, os ataques ao serviço público, à independência funcional e à autonomia técnica das agências, as ameaças aos servidores, a disseminação de práticas de assédio, as contradições do trabalho remoto e seus programas de gestão no âmbito de cada agência, além das pautas históricas da Regulação.

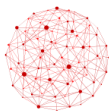
Entendemos que a atual situação do Sinagências - e sua superação - tem raízes na forma de organização da categoria e do sindicato. Infelizmente, ao longo da história, apostou-se mais nas personalidades do que nas instâncias deliberativas, mais nas excepcionalidades e nas capacidades individuais do que na inteligência coletiva, mais no imediatismo do que na tentativa de solução dos problemas a longo prazo.

A cada grande divergência, em vez de criar os mecanismos democráticos internos para resolvê-la, acabamos por criar entidades que aumentam nossa fragmentação e dificultam a realização de um debate franco e honesto com todos os setores da categoria. O resultado desse processo, de um lado, é uma entidade sindical que falha por só ter cabeça - faltando-lhe tronco e membros. No lado oposto, a fragmentação da carreira em pequenos grupos minando a força da coletividade na negociação com nosso empregador, o governo.

É impossível que qualquer presidente do Sinagências ou diretoria executiva nacional, de qualquer grupo político, deem conta, sozinhos, das diversas demandas dos 10.641 servidores ativos e aposentados, distribuídos em todo o território nacional.

Por esse motivo, entendemos que só teremos uma representação sindical democrática e eficiente, quando: 1) O sindicato instituir representantes por local de trabalho, instruindo, apoiando e fortalecendo a sua atuação, de baixo para cima, em todas as unidades organizacionais das agências; 2) Possuir instâncias de deliberação locais e estaduais, funcionando em todo o país, com recursos e capacidade de encaminhar e deliberar questões dentro da sua competência. É isso que estimulará as pessoas a participar e dará capilaridade para atuação da categoria. Sem isso, filiar-se ao sindicato ou participar dos movimentos é algo muito abstrato, sem qualquer sentido prático.

Temos, portanto, nitidez de que só a categoria será capaz de salvar-se por meio de sua organização. Rejeitamos o messianismo ou qualquer tipo de solução que busque substituir as instâncias democráticas internas e a inteligência coletiva pela suposta excepcionalidade de indivíduos. Terceirizar a responsabilidade integralmente para qualquer liderança - por melhor que seja - sem estabelecer os mecanismos e pactos coletivos para que esta liderança preste contas ou possa ser enquadrada e dirigida pela vontade soberana de seus pares, não resolve estruturalmente nossa situação.



Pode-se ter uma mudança de enfoque, pode-se ter uma atuação mais eficiente de início, mas a categoria, em si, permanecerá em sua maioria, alijada do debate, sem os instrumentos para fazer valer sua vontade e, por decorrência, permanecerá refém dos desígnios de poucos... ou só um. Tragédia já bastante recorrente em nossa história.

Nesse percurso de aperfeiçoamento e retomada da nossa representação, todos os grupos que tenham por objetivo ampliar a discussão na categoria, trazer novas ideias e somar esforços de mobilização são bem-vindos. A insatisfação com o estado das coisas, o desejo por tempos melhores, a capacidade de formular debates e articular iniciativas não são monopólio de um só grupo. É preciso buscar uma grande unidade dos insatisfeitos para poder construir - coletivamente - alternativas.

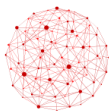
Tal esforço não necessita da criação de novas associações ou entidades formais. O próprio Coletivo Protagonismo Sindical, bem como o Fórum das Associações de Servidores das Agências Reguladoras, são grupos que atuam em debates, discussões e mobilizações sem essa necessidade.

A resistência à criação de novas estruturas formais se dá por um motivo bem simples: entidade se sabe como começa, mas não como termina. Um grupo de pessoas bem-intencionadas, unidas em torno de um objetivo específico fundam uma entidade. O tempo passa, a política muda, os grupos se reconfiguram, os propósitos iniciais são desvirtuados, mas o CNPJ permanece. Não há qualquer controle dos usos que poderão ser feitos dessa estrutura no futuro, inclusive contra os interesses da categoria e a serviço do divisionismo que tanto nos castiga.

Tiremos, como exemplo, o próprio Sinagências. Temos plena convicção de que seus fundadores não poderiam imaginar que, algum dia, o sindicato que criaram com a melhor das intenções tomaria os rumos que tomou. O problema é, portanto, político-organizativo e, sem resolvê-lo, qualquer entidade estará sujeita ao mesmo destino.

Desse modo, entendemos que a criação de novos organismos formais exige bastante cautela e não pode mirar apenas na resolução de um problema imediato, mas deve-se refletir, com muita responsabilidade, sobre as possíveis consequências dessa decisão no médio e longo prazo, para que não acabe se voltando contra nós.

Por fim, a luta continua. Passado o turbulento período eleitoral, com a garantia de um governo democrático que busca a interlocução e a valorização do serviço público, abre-se um novo momento. As mesas de negociação têm sua instalação prevista para o dia 7 de fevereiro. Nesse primeiro momento, teremos a participação das entidades mais amplas (FONASEFE e FONACATE), representando suas bases numa negociação emergencial, de caráter linear, transversal e com pauta única definida para todo o funcionalismo.



As mesas setoriais, bem como o tratamento das questões específicas de cada categoria devem ocorrer num segundo momento. O pior dos mundos será chegar nessa etapa divididos, com várias entidades na mesa falando pela categoria, cada uma com uma pauta diferente. Tal cenário de divisionismo enfraquece muito nossa categoria diante desse processo e dificultará muito os avanços.

Trabalharemos com todas as forças, para chegarmos ao segundo momento das negociações, as mesas setoriais, com uma proposta aprovada e dialogada por amplos setores da categoria, a partir das bases, do diálogo intenso, fraterno e propositivo com todos os grupos, entidades e associações que fazem parte do dia-a-dia da luta da regulação. Queremos propiciar a cada um e a cada uma que possam não apenas aderir a algo pronto, mas também propor, deliberar, discutir e participar ativamente do processo, no âmbito do seu local de trabalho e do seu estado.

Iremos demonstrar com isso que essa categoria precisa de organização, não de salvação. Que debatendo, dialogando e se irmanando num propósito maior, ela mesma, por meio de sua inteligência coletiva e suas instâncias deliberativas, será capaz de traçar seus rumos, dirigir suas próprias lutas e assenhorar-se de seu destino. E descobrirá, em si, a potência da coletividade, da democracia, da transparência, da solidariedade e do compartilhamento de poder, abandonando as ilusões que envolvem soluções mágicas, “balas de prata”, imediatismos e personalismos.